

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requer realização de audiência pública para discutir sobre a dignidade da pessoa humana e os direitos das mulheres e meninas que estão sendo obrigadas a utilizarem banheiros femininos com a presença de pessoas de sexo biológico masculino, mas que se autodeclaram mulheres.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública para discutir sobre a dignidade da pessoa humana e os direitos das mulheres e crianças que estão sendo obrigadas a utilizarem banheiros femininos com a presença de pessoas de sexo biológico masculino, mas que se autodeclaram mulheres.

Nesse sentido, solicitamos que sejam convidados a participar da audiência pública dos seguintes especialistas:

1. Representantes de grupos e organizações que defendem a separação de banheiros por gênero e banheiro unissex, que podem apresentar suas argumentações e preocupações com relação à segurança e privacidade das mulheres e crianças;
2. Advogados que defendem, que podem apresentar seus argumentos jurídicos;



3. Especialistas em segurança pública que podem trazer dados e estatísticas sobre incidentes de violência em banheiros públicos compartilhados;
4. Médicos que podem falar sobre os riscos de infecção em compartilhar ambientes e a necessidade de medidas sanitárias mais rigorosas;
5. Mulheres e Pais de crianças que relataram terem vivenciado situações desconfortáveis ou de assédio em banheiros compartilhados com pessoas transgêneros..

JUSTIFICAÇÃO

A questão do compartilhamento de banheiros femininos com transgêneros que se identificam com o sexo feminino é um tema delicado e que tem gerado muitas preocupações e debates na sociedade.

Muitas pessoas expressam sua insatisfação e grande preocupação com essa possibilidade, principalmente em relação à segurança e privacidade das mulheres e meninas.

De fato, tendo em vista a jurisprudência criada pelo STJ, pela quarta turma em 2017, por meio de Recurso Especial, da relatoria do ministro Luís Felipe Salomão, no sentido de que não é mais necessário a cirurgia de transgenitalização para alteração de prenome no registro civil, provoca o receio da sociedade, em especial de mulheres e crianças em compartilhar banheiros públicos com transexuais, travestis e outros gêneros que se identificam com o sexo feminino pelo fato de terem, ainda, a genitália masculina e, essa é a condição para haver banheiros públicos direcionados aos homens e banheiros direcionados às mulheres.

Diante da retomada do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal¹, para o próximo dia 29 que poderá significar na liberação do uso dos

¹ https://revistaeste.com/politica/stf-poe-na-pauta-processo-que-pede-autorizacao-para-trans-usarem-banheiros-femininos/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification



banheiros femininos² por pessoas transexuais e que poderá afetar todas as mulheres e meninas pelo País que deixariam de fazer uso do banheiro, ou seja, de exercer um direito socialmente legítimo em detrimento da utilização dessa minoria, o que não seria justo.

Há diversos casos, no Brasil e no exterior de tentativas de estupro e estupros consumados em banheiros de uso comum, dito, unissex.

Portanto, o tema é seríssimo, expõe mulheres e crianças à gravíssima vulnerabilidade física e mental, as quais o Estado tem por obrigação protege-las.

Dessa forma, faz-se necessário a realização da audiência pública para que seja discutido as formas pelas quais será garantida a segurança e privacidade das mulheres e crianças em espaços públicos, bem como para debater a questão do compartilhamento de banheiros com pessoas transgêneros em universidades.

É preciso encontrar soluções que atendam às necessidades de todos os envolvidos, respeitando a diversidade de gênero e garantindo o direito à segurança e privacidade das mulheres e das nossas crianças.

A audiência pública é um espaço importante para ouvir diferentes opiniões e visões sobre o assunto, confiável para a construção de soluções que garantam a proteção e respeito aos direitos individuais e coletivos.

Outros países, como Canadá e Estados Unidos, também estão passando por debates semelhantes gerando, da mesma forma, preocupações sobre a segurança e a privacidade de mulheres e crianças.

Nesse sentido, consideramos fundamental discutir essa temática e chamar especialistas no assunto para audiência pública, a fim de avaliar as políticas públicas e legislações que visam proteger a integridade física e psicológica das mulheres em locais de acesso público, como banheiros e vestiários em Universidades e outras.

Desta forma, solicitamos esta audiência para ouvir as autoridades e especialistas no assunto e buscarmos soluções mais adequadas.

² <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&numeroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778>



Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado CAPITÃO ALDEN

Apresentação: 21/05/2024 09:45:13.533 - CE

REQ n.142/2024



* CD 247668206600 *